

i

03-10-2013

Periodicidade: Diária

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 80000

Temática: Economia

Dimensão: 1093

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/24/25



Passos preocupado com execução orçamental deste ano





Conselho Nacional. Passos preocupado com contas do país este ano

LILIANA VALENTE
liliana.valente@ionline.pt

Mais do que a derrota nas eleições autárquicas, o que está a preocupar o primeiro-ministro são as contas do país até ao final do ano. A execução do Orçamento do Estado para 2013 – disse no Conselho Nacional do PSD esta terça-feira à noite – está por um fio, se os riscos constitucionais se concretizarem. Passos não falou da possibilidade de falhar as metas do défice, mas dramatizou os riscos constitucionais para que o país cumpra com o acordado.

Frente aos conselheiros do partido, e enquanto líder do PSD, Passos Coelho fez um apanhado do cenário para os próximos meses. Lembrou que o comportamento das contas do país até ao final do ano vai ser importante para perceber como pode o país cumprir com o acordado com a troika. O discurso do presidente do PSD foi feito na véspera de a Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO) fazer sair o relatório sobre as contas até Setembro, um documento em que não garante que seja possível ao governo cumprir o limite anual do défi-

Avaliações da troika devem estar concluídas até ao final da semana. Primeiro-ministro está preocupado com a execução orçamental até ao final do ano



Passos Coelho preferiu falar ontem da situação difícil do país em vez das eleições autárquicas

EDUARDO MARTINS

mas dramatizou os riscos. Na mira do primeiro-ministro está sobretudo a manutenção (ou pelo menos a não descida) do rating da República, uma vez que as taxas de juro para que Portugal consiga regressar aos mercados ainda estão em valores elevados.

Fonte do PSD acredita que o primeiro-ministro vai continuar a dramatizar a situação, uma vez que se houver novos chumbos do Tribunal Constitucional o governo está entre a espada e a parede: aumentar os impostos ou lançar um imposto extraordinário são hipóteses fora de questão, mas a margem para novos cortes também já (quase) não existe.

Nas mãos do Tribunal Constitucional está ainda o diploma do aumento do horário de trabalho dos funcionários públicos para as 40 horas semanais, o único que pode ter incidência na execução orçamental deste ano. O pedido de fiscalização foi feito pelos partidos da oposição, pelo que o TC pode ainda demorar a decidir (noutros casos já levou mais de um ano). Mas se o fizer ainda em 2013 e se, no pior dos cenários para o governo, chumbar o aumento do horário de trabalho sem o correspondente aumento salarial, o governo pode ver o corte na despesa desaparecer (ver página 26). De acordo com a carta que Passos escreveu à troika, esta medida vale este ano 36 milhões de euros, 204 milhões em 2014 e 372 em 2015.

O outro risco constitucional que pesa nas contas de Passos é o diploma que faz a convergência dos regimes de pensões, público e privado. O regime de convergência ainda não foi aprovado, mas é certo que se o Presidente da República não o enviar para fiscalização preventiva, os partidos da oposição não deixarão de o remeter para o Palácio Ratton.

No campo do alívio do clima económico, Passos ainda salientou os sinais da melhoria da economia, que são cada vez mais consistentes, apesar de ainda débeis.

ce acordado com a troika (ver página 6).

As preocupações do primeiro-ministro acontecem numa altura em que a missão da troika está a fechar a 8ª e 9ª avaliações. De acordo com o que fonte da maioria disse ao i, as negociações com os técnicos devem estar concluídas até ao final da semana. O ok do FMI, Banco Central Europeu e Comissão Europeia está preso apenas por detalhes. Mas com o primeiro-ministro no debate quinzenal, na sexta-feira de manhã, não é certo que Paulo Portas, vice-primeiro-ministro, e Maria Luís Albuquerque, ministra das Finanças, façam hoje a habitual conferência a anunciar o resultado das conversas com a troika.

Tal como no encontro com a direcção do partido – que reuniu horas antes do Conselho Nacional – Passos Coelho dramatizou junto dos conselheiros as posições do Tribunal Constitucional, apontando-as como o principal risco que pode comprometer, primeiro a execução do orçamento, e em última análise o fim do programa de ajustamento. Passos não falou preto no branco da possibilidade de um segundo resgate – afastou-a do discurso, pelo menos directamente –,